

## Índice

Apresentação à Edição Brasileira .....	15
Apresentação à Primeira Edição Italiana .....	17
Apresentação à Segunda Edição Italiana.....	19

### Aspectos Gerais

VICTOR UCKMAR, GIUSEPPE CORASANITI, PAOLO DE' CAPITANI DI VIMERCATE E CATERINA CORRADO OLIVA

Introdução .....	21
1. A evolução do Direito Tributário Internacional .....	21
2. A resistência às limitações da soberania tributária.....	22
3. Medidas para liberalizar as movimentações de mercadorias ....	23
4. As duplas tributações como obstáculo ao desenvolvimento das relações econômicas internacionais .....	24
5. Medidas na luta contra a evasão fiscal .....	25
6. Implicações fiscais para a globalização dos mercados .....	26
7. Medidas da União Europeia para evitar a concorrência fiscal “danosa” .....	29
8. (Segue): e por parte da OCDE .....	30
9. A nova era: o comércio eletrônico.....	32

### Primeira Parte - Princípios e Regras Gerais.....

Capítulo I - As Fontes .....	35
Seção I - O Direito Tributário Internacional .....	35
1. As fontes.....	35
2. Medidas bilaterais para evitar a dupla tributação internacional	36
3. A estipulação das Convenções internacionais em matéria tributária .....	37
4. A eficácia das Convenções internacionais em matéria tributária	39
5. As Convenções bilaterais contra a dupla tributação e o Direito Internacional Privado .....	44
6. A interpretação das Convenções em matéria tributária .....	45
Seção II - A Disciplina da União Europeia em Matéria Fiscal .....	51
1. O Direito Tributário europeu: da redução dos tributos aduaneiros ao Tratado de Lisboa .....	51
2. As disposições comunitárias para evitar a dupla tributação internacional .....	56
3. O peso crescente do Direito da União Europeia em matéria tributária.....	58

3.1. As ajudas de Estado .....	60
3.2. O código de conduta contra a concorrência fiscal lesiva...	63
3.3. O papel da Corte de Justiça e a relação entre as convenções contra as duplas tributações e o Direito Comunitário .....	64
3.3.1. A cláusula da nação mais favorecida e a discriminação horizontal na UE.....	68
3.3.2. O futuro da relação entre Direito da UE e Convenções contra as duplas tributações.....	72
Seção III - Outras Fontes Normativas em Matéria de Fiscalidade Internacional.....	76
1. Gatt - World Trade Organization (OMC - Organização Mundial do Comércio).....	76
2. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH).....	77
Capítulo II - A Dupla Tributação e o Modelo OCDE.....	80
Introdução: A Noção e as Causas da Dupla Tributação .....	80
1. A noção de dupla tributação internacional.....	80
2. As causas da dupla tributação internacional .....	81
3. A dupla tributação internacional e o Direito Internacional.....	83
Seção I - O Nascimento do Modelo OCDE e as suas Disposições de Abertura .....	85
1. A natureza do modelo e do Comentário da OCDE .....	85
2. As funções e a estrutura das Convenções bilaterais contra a dupla tributação .....	87
a) os artigos introdutórios.....	88
b) os critérios de localização e de tributação da renda e do patrimônio .....	89
c) a eliminação das duplas tributações .....	89
d) as disposições finais .....	90
e) os protocolos.....	90
3. As pessoas às quais se aplica a Convenção (artigo 1) .....	90
3.1. As entidades transparentes no âmbito da fiscalidade internacional.....	91
3.2. O <i>treaty shopping</i> .....	91
3.3. O “abuso” de direito e a elusão fiscal internacional .....	92
4. Os impostos aos quais se aplica a Convenção (artigo 2).....	95
5. Definições dos termos usados na convenção (artigo 3) .....	95
6. A residência no âmbito dos tratados contra as duplas tributações (artigo 4).....	96
7. O estabelecimento permanente (artigo 5) .....	97
7.1. O estabelecimento permanente pessoal .....	99
7.1.1. O agente dependente.....	99
7.1.2. O agente independente .....	100
7.2. O estabelecimento permanente junto a sociedades associadas .....	101

8. O estabelecimento permanente no âmbito do IVA .....	103
9. A <i>branch profit tax</i> .....	104
10. Sobre a compatibilidade de uma <i>branch profit tax</i> internamente à União Europeia .....	105
Seção II - A Disciplina dos Diferentes Rendimentos no Modelo OCDE.....	107
1. Os rendimentos imobiliários (artigo 6) .....	107
2. Os lucros das empresas (artigo 7) .....	107
2.1. A imputação dos lucros e das perdas ao estabelecimento permanente .....	107
2.2. A negação da força de atração do estabelecimento permanente no modelo OCDE.....	109
3. Os rendimentos da navegação marítima e aérea (artigo 8) .....	109
4. As empresas associadas e o <i>transfer pricing</i> (artigo 9) .....	110
4.1. Introdução: o fenômeno do <i>transfer pricing</i> .....	110
4.2. A determinação do valor de mercado.....	112
4.3. Os <i>cost sharing agreements</i> .....	113
4.4. A previsão do modelo OCDE e o poder de retificação das Administrações interessadas .....	113
4.5. O poder de requalificação da Administração Tributária...	114
5. Os dividendos (artigo 10) .....	115
5.1. A definição.....	115
5.2. A repartição da potestade impositiva entre o Estado da fonte dos dividendos e o Estado de residência do beneficiário .....	116
5.3. A noção de beneficiário efetivo ( <i>beneficial owner</i> ) no modelo OCDE.....	118
5.4. A ausência de força atrativa do estabelecimento permanente e a conexão efetiva .....	121
5.5. A proibição de tributação extraterritorial .....	122
6. Os juros (artigo 11).....	122
6.1. A definição.....	122
6.2. A repartição da potestade impositiva entre o Estado da fonte dos juros e o Estado de residência do beneficiário.....	124
6.3. A limitação à potestade impositiva do Estado da fonte.....	124
6.4. A ausência de força atrativa do estabelecimento permanente e a conexão efetiva .....	125
6.5. Os juros auferidos pelo estabelecimento permanente .....	126
6.6. A dupla fonte dos juros <i>ex</i> artigo 11, quinto parágrafo, do Modelo OCDE: o caso triangular.....	127
6.7. O critério de valor normal (denominado <i>arm's length price</i> ) .....	128
7. Os <i>royalties</i> (artigo 12).....	128
7.1. A definição .....	128
7.2. O <i>know-how</i> .....	129
7.3. O <i>franchising</i> .....	131
7.4. O <i>software</i> .....	132

7.5. A potestade impositiva exclusiva do Estado de residência do beneficiário efetivo .....	133
7.6. A força atrativa do estabelecimento permanente e a efetiva conexão .....	134
7.7. O critério do valor normal.....	134
8. Os ganhos de capital (artigo 13).....	134
8.1. Considerações introdutórias.....	134
8.2. A tributação dos ganhos de capital derivados da cessão de: .....	135
a) bens imóveis .....	135
b) bens instrumentais pertencentes a um estabelecimento permanente.....	135
c) bens móveis registrados.....	136
d) outros bens.....	137
9. Os rendimentos do trabalho autônomo (artigo 7, antigo artigo 14).....	138
10. A disciplina convencional dos rendimentos do trabalho dependente (artigo 15) .....	139
11. As remunerações de direção e presença (artigo 16) .....	141
12. Os rendimentos dos artistas e desportistas (artigo 17).....	141
13. Os outros rendimentos (artigo 21) .....	142
Seção III - A Eliminação das Duplas Tributações e as Disposições Especiais do Modelo OCDE .....	142
1. A eliminação da dupla tributação internacional (artigos 23-A e 23-B).....	142
1.1. Aspectos de política fiscal no âmbito internacional .....	142
1.2. <i>Capital export neutrality</i> : o crédito de imposto - Tributação sobre base mundial e princípios de igualdade e da capacidade contributiva contra as razões do mercado comum.....	143
1.3. <i>Capital import neutrality</i> : isenções dos rendimentos do exterior - Tributação em base territorial.....	145
1.4. <i>National neutrality</i> : dedução dos impostos do exterior ....	146
2. A proibição de discriminação (artigo 24) .....	146
3. Os procedimentos amigáveis (artigo 25).....	149
3.1. Os procedimentos amigáveis no Modelo OCDE de Convenção contra as duplas tributações .....	149
3.2. Os <i>Advance Pricing Agreements</i> (APA).....	151
3.3. A posição da OCDE sobre os procedimentos amigáveis para a solução das controvérsias em matéria de tributação internacional .....	152
4. A troca de informações (artigo 26) .....	155
5. A colaboração na cobrança (artigo 27) .....	158
5.1. A cobrança dos créditos fiscais por parte de um Estado estrangeiro .....	158

Capítulo III - As Disposições Fiscais no Direito da União Europeia	161
Seção I - Os Tributos Aduaneiros	161
1. O Direito Aduaneiro. Natureza e funções	161
1.1. Origem e características essenciais. A uniformidade a nível internacional e a importância para os mercados	161
1.2. A evolução. Acordos e organismos supranacionais. A União Europeia	163
1.3. As fontes comunitárias do Direito Aduaneiro e o reduzido espaço das disciplinas nacionais	168
1.4. Direitos aduaneiros, direitos de fronteira e tributos aduaneiros em sentido estrito	170
2. O pressuposto dos tributos aduaneiros	172
2.1. O pressuposto objetivo: atravessar a linha aduaneira e destinar a consumo. Os regimes aduaneiros	172
2.2. A declaração aduaneira	176
2.3. Os sujeitos passivos. O declarante e o despachante aduaneiro. A responsabilidade na Aduana por fato ilícito	177
2.4. O território aduaneiro	180
3. A determinação dos tributos aduaneiros	181
3.1. Classificação da mercadoria e decorrente identificação da tarifa	181
3.2. Origem preferencial e não preferencial	184
3.3. O valor da mercadoria na Aduana	187
4. Lançamento e contencioso. Remessa às disciplinas nacionais	189
4.1. A duplicidade do lançamento aduaneiro: controle do ingresso no território da UE e contabilização <i>a posteriori</i>	189
4.2. O contencioso aduaneiro, administrativo e judicial. A valorização do contraditório	192
4.3. A tutela especial da boa-fé no Direito Aduaneiro Comunitário	192
Seção II - O IVA	196
1. O IVA, imposto europeu	196
2. O princípio da neutralidade do imposto	198
3. O pressuposto objetivo do IVA	199
3.1. Cessões de bens	200
3.2. Prestações de serviços	201
3.3. Importações e aquisições intracomunitárias. Remessa	202
4. O pressuposto subjetivo do IVA	202
5. O pressuposto territorial	203
5.1. A territorialidade nas cessões de bens	204
5.2. A territorialidade nas prestações de serviços	205
5.2.1. Regra geral para as prestações de serviço nas operações <i>business to business</i> (B2B)	206

5.2.2. Regra geral para as prestações de serviços nas operações <i>business to consumer</i> (B2C) .....	208
5.2.3. Exceções relativas a determinadas prestações de serviços.....	209
5.2.4. A noção de “estabelecimento permanente”, para fins da territorialidade das prestações de serviço .....	211
6. O IVA sobre transações com bens com o exterior (extra UE). Importações e exportações de bens.....	212
6.1. As importações de territórios extra UE.....	213
6.1.1. Importações não submetidas ao imposto .....	214
6.1.2. Cálculo do imposto .....	215
6.2. As exportações .....	215
6.2.1. Cessões para a exportação .....	215
6.2.2. Isenções concedidas aos transportes internacionais.....	217
6.3. Operações assemelhadas às cessões para exportação .....	218
7. O IVA intracomunitário.....	218
7.1. O IVA, tributo “comunitário”, por origem e finalidade, e o IVA “intracomunitário” .....	218
7.2. O regime provisório do IVA intracomunitário. Fontes normativas e linhas gerais.....	220
7.3. Um outro pressuposto objetivo para o imposto sobre o valor agregado: a aquisição intracomunitária .....	223
7.3.1. A noção de aquisição intracomunitária.....	223
7.3.2. Aquisições intracomunitárias não sujeitas a IVA .....	225
7.3.3. Operações assemelhadas às aquisições intracomunitárias .....	226
7.3.4. Territorialidade para as aquisições intracomunitárias ....	226
7.3.5. Fato gerador, exigibilidade e cálculo do imposto para as aquisições intracomunitárias .....	227
7.3.6. Isenções vinculadas às operações intracomunitárias.....	228
7.4. As cessões intracomunitárias.....	228
7.5. Deveres formais relativos às operações intracomunitárias (aspectos) .....	229
7.5.1. Faturamento das operações intracomunitárias e declaração de IVA .....	230
7.5.2. O dever de apresentação dos elencos resumidos.....	231
7.6. As disfunções do regime transitório. As denominadas “fraudes carrossel” .....	232
8. Breves notas conclusivas .....	235
Seção III - As Diretivas da União Europeia em Matéria Fiscal .....	236
1. A Diretiva sobre o tratamento fiscal das operações de reorganização societária .....	236
2. A Diretiva Mãe-Filha (Dir. nº 435/90/CEE).....	241

3. A Diretiva nº 2003/49 sobre a tributação dos juros e <i>royalties</i> pagos a sociedades vinculadas .....	244
4. A Diretiva nº 2003/48 sobre a tributação dos juros de poupança .....	248
5. O Acordo entre a Suíça e a União Europeia para a tributação de dividendos, juros e <i>royalties</i> entre sociedades mães e filhas e sociedades vinculadas .....	251
6. A Convenção arbitral em matéria de preços de transferência....	253
7. A elusão fiscal no Direito da União Europeia .....	256
8. A troca de informações na Comunidade Europeia .....	260
9. A Diretiva 76/308, de 15 de março de 1976, em matéria de cooperação na cobrança .....	263
10. O tratamento fiscal dos prejuízos transfronteiras .....	266
11. Perspectivas de desenvolvimento do Direito Tributário em nível europeu: a <i>HST</i> e a <i>CCCTB</i> .....	269

## Segunda Parte - Sistema Brasileiro

MARCO AURÉLIO GRECO E SERGIO ANDRÉ ROCHA

Capítulo IV - Tributação Direta .....	271
Seção I - Imposto sobre a Renda .....	271
1. Breves comentários sobre os elementos de conexão na legislação do Imposto sobre a Renda .....	271
2. A residência fiscal .....	273
2.1. Domicílio no Código Civil e no Código Tributário Nacional .....	273
2.2. A residência fiscal das pessoas físicas .....	275
2.2.1. Transferência de residência fiscal .....	279
2.3. A residência fiscal das pessoas jurídicas .....	282
3. Elementos de conexão objetivos .....	283
3.1. O critério da fonte .....	283
4. A evolução dos elementos de conexão: conexão funcional .....	285
5. Estabelecimento permanente .....	286
6. O conceito de beneficiário efetivo na legislação doméstica brasileira .....	292
7. Breves comentários sobre o Imposto sobre a Renda, o Imposto de Renda Retido na Fonte e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido .....	298
7.1. O Imposto sobre a Renda na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional .....	298
7.2. O Imposto sobre a Renda das pessoas físicas .....	300
7.2.1. Crédito do imposto pago no exterior .....	301
7.3. Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas .....	302
7.3.1. Crédito do imposto pago no exterior .....	305

7.4. Imposto de Renda Retido na Fonte de não residentes.....	307
7.5. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.....	310
8. Rendas imobiliárias.....	311
8.1. Tributação das rendas imobiliárias auferidas por residentes.....	311
8.1.1. Pessoas físicas .....	311
8.1.2. Pessoas jurídicas .....	313
8.2. Tributação das rendas imobiliárias auferidas por não residentes .....	313
8.3. Fundo de investimento imobiliário.....	315
9. Dividendos.....	317
9.1. Distribuição de dividendos para residentes no Brasil .....	318
9.2. Pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa de lucros e dividendos para não residentes no Brasil .....	319
9.3. Juros sobre o capital próprio .....	320
10. Juros.....	323
10.1. Pagamento de juros para residentes no Brasil .....	323
10.2. Pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa de juros para não residentes no Brasil .....	324
10.3. Subcapitalização .....	325
11. <i>Royalties</i> .....	329
11.1. Os <i>royalties</i> na legislação brasileira .....	329
11.2. Pagamento de <i>royalties</i> para residentes no Brasil.....	331
11.3. Pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa de <i>royalties</i> para não residentes no Brasil .....	331
11.4. Dedutibilidade dos pagamentos de <i>royalties</i> .....	332
12. Ganhos de capital .....	334
12.1. Ganhos de capital auferidos por residentes no Brasil .....	334
12.2. Ganhos de capital auferidos por não residentes .....	335
12.2.1. Ganhos de capital auferidos por não residentes em alienações para não residentes.....	337
12.2.1.1. Ganhos de capital auferidos por não residentes em alienações para não residentes: “Venda indireta” .....	341
12.2.2. A determinação do custo de aquisição: valor em moeda estrangeira ou em reais? .....	342
12.2.3. Ganho de capital na alienação de investimentos de não residentes em empresas brasileiras .....	346
13. Prestação de Serviços .....	346
13.1. Receitas de prestação de serviços auferidas por residentes no Brasil .....	346
13.2. Pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa da remuneração de serviços a não residentes .....	348
13.2.1. A questão dos serviços técnicos sem transferência de tecnologia.....	349



14. Rendas do trabalho pessoal .....	354
14.1. Rendas do trabalho pessoal auferidas por residentes no Brasil.....	354
14.2. Rendas do trabalho pessoal auferidas por não residentes .....	357
15. Normas antielisivas e sua aplicação no âmbito internacional ..	357
15.1. O controle do planejamento tributário no Brasil.....	357
15.2. As normas antielisivas domésticas e o Direito Tributário Internacional .....	362
15.2.1. Normas gerais antielisivas domésticas e o Direito Tributário Internacional .....	363
15.2.2. Normas específicas antielisivas domésticas e o Direito Tributário Internacional.....	365
16. Países com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados .....	366
16.1. Efeitos jurídicos da caracterização de um país com tributação favorecida ou de um regime fiscal privilegiado.....	368
16.2. Da natureza jurídica da lista .....	371
17. Preços de transferência .....	374
17.1. Métodos aplicáveis às importações .....	377
17.2. Métodos aplicáveis às exportações .....	379
17.3. Juros de transferência .....	381
17.4. A Lei nº 12.715/2012 .....	382
17.4.1. Métodos aplicáveis às importações .....	382
17.4.2. Juros de transferência .....	385
17.4.3. Operações com <i>commodities</i> .....	385
17.4.4. Alteração do método utilizado .....	387
18. Tributação de lucros do exterior.....	388
18.1. A transparência fiscal internacional e as <i>controlled foreign corporations</i> (CFCs) .....	390
18.2. Transparência fiscal internacional e o ordenamento jurídico brasileiro .....	392
18.3. Das decisões administrativas e judiciais sobre a matéria .....	398
18.3.1. Tributação apenas de “lucros” auferidos no exterior.....	398
18.3.2. A compensação de prejuízos do exterior .....	399
18.3.3. O questionamento da constitucionalidade do artigo 74 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.....	402
18.3.4. Transparência fiscal internacional e os tratados tributários celebrados pelo Brasil: a posição do Carf .....	404
19. <i>Trusts</i> e tributação internacional .....	409
19.1. A tributação da constituição de um <i>trust</i> no exterior .....	412
19.2. A tributação da renda gerada pelo patrimônio transferido em <i>trust</i> .....	415
19.3. A tributação na transferência de patrimônio para o(s) beneficiário(s) do <i>trust</i> .....	416

19.4. A tributação do eventual retorno do patrimônio para o instituidor do <i>trust</i> .....	417
Seção II - A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico Instituída pela Lei nº 10.168/2000 .....	417
1. Incidência da <i>Cide-Royalties</i> .....	417
2. Questionamento a respeito de sua constitucionalidade .....	421
Capítulo V - Tributação Indireta .....	423
Seção I - A Contribuição para o PIS e a Cofins .....	423
1. Desoneração do PIS/Cofins nas exportações de mercadorias e serviços .....	423
2. A hipótese de incidência do PIS-Importação e da Cofins-Importação .....	424
2.1. PIS-Importação e Cofins-Importação na importação de produtos estrangeiros .....	424
2.2. PIS-Importação e Cofins-Importação na importação de serviços .....	426
Seção II - O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e a Prestação de Serviços de Comunicação e de Transporte Interestadual e Intermunicipal .....	430
1. Desoneração do ICMS na exportação de mercadorias e serviços .....	430
2. A incidência do ICMS na importação de bens e serviços .....	432
Seção III - O Imposto sobre Serviços .....	436
1. Desoneração do ISS nas exportações de serviços .....	436
2. A incidência do ISS na importação de serviços .....	438
3. Questionamento quanto à constitucionalidade da incidência do ISS sobre serviços integralmente executados no exterior .....	439
Capítulo VI - Impostos de Importação, Exportação e sobre Produtos Industrializados .....	444
Seção I - O Imposto de Importação .....	444
1. A hipótese de incidência do Imposto de Importação .....	444
Seção II - O Imposto de Exportação .....	447
1. A hipótese de incidência do Imposto de Exportação .....	447
Seção III - O Imposto sobre Produtos Industrializados .....	448
1. Desoneração do IPI nas exportações de produtos industrializados .....	448
2. A incidência do IPI na importação de produtos industrializados .....	448
Capítulo VII - Tributação do Câmbio .....	451
Seção I - O IOF-Câmbio .....	451
1. A incidência do IOF sobre operações de câmbio .....	451
Bibliografia .....	453